

As crenças dos revisores textuais sobre a expressão “já que”: uma análise a partir da perspectiva da Política Linguística

Text reviewers' beliefs about the expression “já que”: an analysis from Language Policy perspective

Ingrid Cruz do Nascimento  

academicosemdepressao@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Socorro Cláudia Tavares de Sousa  

sclaudiats@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Resumo

Este trabalho objetiva analisar as crenças do revisor de textos acerca do uso da expressão já que em gêneros da esfera acadêmica. A análise se baseia na Teoria da Gestão da Língua de Spolsky (2004, 2009, 2021). Quanto à abordagem metodológica, esta pesquisa é de natureza qualitativa e se enquadra em um paradigma interpretativista como descrito por Angel Lin (2015). Foi elaborado um questionário online e respondido por dez revisores textuais brasileiros. Como resultados, identificamos duas principais crenças em relação a essa expressão: i) primeiro, este é compreendido como menos formal e, conseqüentemente, menos adequado aos gêneros acadêmicos do que outros elementos coesivos; ii) segundo, é compreendido como semanticamente impreciso ou generalizante, sendo sugerido ser substituído em textos acadêmicos.

Palavras-chave: Crenças linguísticas; Gestão da língua; Revisão de textos; Perífrase conjuncional já que.

Abstract

This paper aims to analyse the text reviewer's beliefs about the use of the expression “já que” in academic genres. The analysis is based on Spolsky's Language Management Theory (2004, 2009, 2021). Regarding methodological approach, this research is qualitative in nature and fits into an interpretive paradigm, as described by Angel Lin (2015). An online questionnaire was prepared and answered by ten Brazilian textual reviewers. As the results, the following two main beliefs regarding this expression were identified: first, it is understood as less formal, and consequently less suitable for the academic genres than other cohesive elements; second, it is understood as semantically imprecise or generalizing, being suggested to be replaced in academic texts.

Keywords: Linguistic beliefs; Language management; Text review; Conjunctive periphrasis já que.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 27/12/2023

Aprovação do trabalho: 05/08/2024

Publicação do trabalho: 02/09/2024



10.23925/2318-7115.2024v45i4e65001

Distribuído sob Licença Creative Commons



1. Considerações Iniciais

A revisão de textos sempre esteve presente na história e envolveu diferentes agentes. Antes do século V, era tarefa dos escribas; do V ao XV, dos monges copistas e goliardos¹; do XV ao XVIII, dos tipógrafos e corretores; no XIX, do editor; e, no século XXI, dos profissionais do texto (Balestero, 2019). O surgimento desses diversos agentes e as modificações de suas atribuições ao longo do tempo refletem as tecnologias de cada época, iniciando-se pelo uso dos papiros até chegar às inovações tecnológicas² (Macedo, 2013). No século XXI, essa atividade desempenha um papel preponderante, tendo em vista o aparecimento de gêneros textuais e diferentes formas de produção e circulação desses gêneros em contextos e suportes textuais distintos, bem como uma ampliação do público leitor.

No âmbito acadêmico, a revisão textual tem se constituído objeto de investigação na área de Linguística sob diferentes perspectivas teóricas, tais como: Linguística Textual (Nascimento, 2014), Terminologia (Balestero, 2019), estudos do discurso (Lemos e Pereira, 2017), estudos enunciativos (Volkweis, 2020). Dentre as diferentes discussões exploradas, destacamos: o lugar ocupado pelo revisor no século XXI (Faria, 2018), os benefícios da tecnologia no trabalho do revisor (Wittke e Lemos, 2018), a construção da profissionalidade dos revisores (Porto, 2018), a atividade do revisor de textos (Barbosa, 2017), o imaginário do lugar discursivo do revisor de textos (Sousa, 2015), entre outros.

Neste artigo, partimos da concepção de que a revisão textual é um processo complexo que não se limita à correção de aspectos gramaticais e ortográficos e, conseqüentemente, a aspectos linguísticos, mas envolve outras semioses; engloba diferentes dimensões como a discursiva, a ideológica, a cultural, dentre outras. E, nessa perspectiva, se constitui um processo de produção de sentidos (Soares, 2022; Balestero, 2019; Sousa, 2015, Macedo, 2013) que, a nosso ver, é atravessada pela escolha da norma linguística. Para além de conceber o revisor como o “guardião da norma padrão”, nos interessa investigar as crenças que fundamentam as escolhas linguísticas desse profissional.

¹ Diz-se de ou grupo de estudantes boêmios medievais, que viviam do que ganhavam com os versos satíricos contra a corte, representados em jograis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/RP3L/goliardo/>. Acesso em: 15 set. 2023.

² Como ilustração, em 2023, o *whatsapp* criou a ferramenta de edição de textos, a qual pode ser feita até 15 minutos após o envio do texto.

Para isso, nos ancoramos no aporte teórico da Teoria da Gestão da Língua de Spolsky (2004, 2009, 2021) que explicita que “política linguística é tudo sobre escolhas”³ (Spolsky, 2009, p. 1). Acreditamos que a área de Política Linguística (PL) dê contribuições sobre o agir do revisor textual, desvelando as crenças que motivam as escolhas linguísticas realizadas por esse profissional. E parafraseando Saussure, abre-se mais um ponto de vista para investigar o objeto de estudo revisão textual.

Para analisar as crenças dos revisores, delimitamos este estudo ao elemento coesivo⁴ *já que*. A seleção dessa locução conjuntiva se explica pelas reflexões de uma das pesquisadoras sobre o seu agir como revisora textual e pela sua percepção de que as sugestões de troca do *já que* por outros termos com mesmo sentido e mesma função sintática se ancoravam em crenças. Em sua visão, “não havia explicação científica para isso, apenas uma crença” fundamentada na sua compreensão, como falante e profissional do texto (Balestero, 2019), sobre o que é mais adequado ou não para determinado contexto de escrita. Assim, estabelecemos como objetivo *analisar as crenças do revisor de textos acerca do uso do item “já que” em gêneros da esfera acadêmica*.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa se insere em um paradigma interpretativista (Lin, 2015), visto que visamos a investigar a perspectiva do revisor. Para a geração de dados, desenvolvemos um questionário *online*⁵, o qual foi respondido por 10 revisores de textos, a fim de descrever não apenas a formação desses revisores, mas, também, de entender como se dá a sua prática, especificamente no que tange ao uso do item focalizado neste artigo.

Para fins de organização, as seções deste artigo foram dispostas da seguinte forma, além desta introdução: na segunda parte, apresentamos a perspectiva teórica que embasa a discussão aqui proposta; na terceira, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa; na quarta, expomos os resultados obtidos a partir dos conceitos estudados; e, por fim, apresentamos as considerações finais.

³ Todas as traduções são de nossa responsabilidade. No original, “Language policy is all about choices” (Spolsky, 2009, p. 1).

⁴ Utilizamos os seguintes termos para se referir ao item *já que*: elemento coesivo, locução conjuntiva, conjunção subordinativa causal e perífrase conjuncional.

⁵ O questionário está disponível no link a seguir: <https://forms.gle/Rg9hjs2524zufPmH6>.

2. Revisão textual como política linguística

O primeiro pressuposto da Teoria da Gestão da Língua de Spolsky (2009, p. 1) é o de que “o objetivo de uma teoria da política linguística é dar conta das escolhas feitas por falantes individuais com base em padrões governados por regras reconhecidas pela comunidade (ou comunidades) de fala da qual são membros”⁶. Para o autor, essas escolhas representam uma ação consciente e explícita dos gestores que tem como objetivo regular a(s) língua(s) e/ou suas variedades em dada comunidade de fala. Embora Spolsky (2009) faça referência a agentes individuais quando explicita o objeto de sua teoria, ele também destaca um conjunto de outros agentes como grupos de ativistas, organizações não governamentais, Academias de Línguas, profissionais de serviços linguísticos – intérpretes, tradutores – e, aqui, acrescentamos os revisores de texto.

Essas escolhas linguísticas têm naturezas distintas e, ao mesmo tempo, impactos diferenciados para quem se destinam, pois dependem do poder do gestor. Por exemplo: em Guiné Bissau, país africano cuja população é constituída de diferentes etnias e línguas, o português é a língua oficial e o guineense, a língua franca⁷. Nesse contexto, o Estado definiu através da Lei N° 7, de 12 de novembro de 2007, que as rádios e os meios de comunicação audiovisual devem ter um percentual de sua programação em língua portuguesa sob pena de receber sanções como “a) Repreensão Verbal; b) Repreensão Registrada; c) Suspensão da emissão por um período de 7 dias; d) Suspensão da emissão por um período de 30 dias; e) Encerramento do respectivo meio de comunicação social.” (Guiné Bissau, 2007, p. 488). Nesse caso, a escolha é de natureza ampla porque envolve uma língua – o português –, bem como tem consequências maiores devido ao fato de o Estado ser um agente com autoridade para impor penalidades aos que estão sob sua tutela.

Por outro lado, essa escolha pode ser individual e de natureza estrita, como é o caso de um indivíduo que pertence a uma comunidade cristã evangélica e, em sua fala, utiliza itens lexicais e estruturas linguísticas que podem ser provenientes da Bíblia, como “vaso” significando uma pessoa usada por Deus; “Jezabel” significando mulher ruim que engana; “canela de fogo”

⁶ No original: “The goal of a theory of language policy is to account for the choices made by individual speakers on the basis of rule-governed patterns recognized by the speech community (or communities) of which they are members.” (Spolsky, 2009, p. 1).

⁷ Compreendemos língua franca como uma língua comum que é utilizada para a comunicação entre falantes de diferentes línguas maternas.

significando uma pessoa animada que fala muitas glórias e aleluias na igreja.⁸ Essas escolhas representam o padrão de fala que identifica esse grupo com uma religião cristã específica.

Tais ilustrações mostram que essas escolhas fazem parte do dia a dia dos falantes na medida em que estão incessantemente selecionando “[...] sons ou ortografia, itens lexicais ou padrões gramaticais [...]”, revelando, assim, os diferentes níveis dessas escolhas (Spolsky, 2009, p. 1). Outrossim, é possível observar que as escolhas não se realizam em um vácuo, mas em dado “domínio”, como demonstrado, no primeiro exemplo, no domínio de um Estado Nacional (Guiné Bissau) e, no segundo exemplo, no domínio de uma igreja protestante. Para Spolsky (2009), um domínio é composto por participantes, que correspondem aos papéis sociais e suas relações; por localização, que corresponde à relação entre pessoas e lugares; e por tópicos, que corresponde ao que pode ser falado em cada domínio.

No primeiro exemplo, a República de Guiné-Bissau é o Estado Nacional que tem o papel social de gerenciar várias dimensões no país, tem como tópico o controle da(s) língua(s) e está localizado no continente africano, fazendo fronteira ao norte com o Senegal, e ao sul, a leste e a oeste com o Oceano Atlântico. Nessa localização, associamos a população guineense a um território. Já no segundo exemplo, podemos supor que essa igreja está localizada em um bairro periférico de João Pessoa/Paraíba, as escolhas foram realizadas pelo pastor, participante que lidera uma congregação religiosa, e foram utilizadas em uma pregação em dia de culto de doutrina, ou seja, culto destinado ao ensino das escrituras bíblicas.

Em relação ao revisor de textos, podemos inseri-lo em diferentes domínios desde uma agência especializada em oferecer serviços de linguagem até o trabalho *home office* realizado por conta própria⁹, desse modo a localidade pode variar bastante. Spolsky (2009, p. 246) destaca que “mesmo no nível individual, o orador (e ainda mais o escritor) que reconhece um problema de comunicação devido à proficiência inadequada pode recorrer a um serviço linguístico para ajudar: o falante comumente pergunta ao seu interlocutor ‘Como você diz isso em sua língua?’”¹⁰. Em

⁸ Exemplos provenientes da vivência com membros dessa comunidade religiosa.

⁹ Admitimos também a presença de revisores em empresas que têm serviço de revisão como as jornalísticas e as editoriais.

¹⁰ No original: “Even at the individual level, the speaker (and even more the writer) who recognizes a communication problem due to inadequate proficiency may call on a language service to help: the speaker commonly asks his or her interlocutor ‘How do you say this in your language?’”. (Spolsky, 2009, p. 246.). Aqui, o autor está se referindo aos serviços de tradução e interpretação, mas consideramos que a afirmação cabe também aos serviços de revisão textual.

nosso caso, o cliente é um participante que tem ciência de que seu texto precisa passar pelo crivo de um “especialista”¹¹ em língua portuguesa. Este, por sua vez, assume o papel social de autoridade para sugerir intervenções de diferentes naturezas, desde aspectos micro - como mudanças lexicais, ortografia, elementos coesivos - até elementos de natureza macro - como organização dos parágrafos; coerência a fim de tornar o texto do cliente adequado ao gênero, à situação de comunicação, ao(s) interlocutor(es). O tópico são questões de linguagem.

O segundo pressuposto da Teoria spolskiana é de que a política linguística é constituída de três componentes: as práticas, as crenças e a gestão. Para o autor, esses componentes são independentes, mas estão interrelacionados. As práticas são “[...] o que as pessoas fazem [...]”¹² (Spolsky, 2021, p. 127), ou seja, são os usos linguísticos realizados pelos indivíduos. A gestão, por sua vez, acontece “[...] quando alguém tenta mudar as práticas ou crenças de outras pessoas [...]”¹³ (Spolsky, 2021, p. 127), isto é, são as intervenções realizadas por diferentes agentes visando a influenciar os usos linguísticos e o que as pessoas pensam sobre esses usos. As definições apresentadas por Spolsky em sua última obra, *Rethinking Language Policy*, não sofreram nenhuma alteração em relação às que foram apresentadas nas obras de 2004, *Language Policy: Key Topics in Sociolinguistics* e, de 2009, *Language Management*.

Já em relação à dimensão das crenças/ideologias, Sousa e Soares (2022, p. 110) definiram-na como “valoração dos indivíduos e dos grupos em relação às línguas, às variedades linguísticas e aos usos linguísticos”. Essa definição subsidia-se nas visões de Sousa e Silva (2020) e de Sousa e Soares (2022) que identificaram certa imprecisão na distinção entre “crenças” e “ideologias” na teoria de Spolsky. Retomando Sousa e Silva (2020), as autoras detalham que

Em 2004, Spolsky apresenta crenças e ideologias como sendo termos sinônimos; já em 2009, destaca que as crenças, algumas vezes, podem ser denominadas de ideologias e, **somente em 2012, o autor aponta uma pequena diferença entre ambas**. Para ele, as crenças poderiam ser interpretadas como ideologias quando se constituíssem em “[...] combinações mais elaboradas dos valores compartilhados pelos membros da comunidade.” (SPOLSKY, 2012, p. 5). [...] A questão é: como avaliar quais crenças se constituem em “valores mais elaborados” em relação às línguas e variedades? Talvez, a ausência de uma maior explicitação desses termos tenha gerado diferentes interpretações dos pesquisadores (Sousa; Silva, 2020, p. 4, grifos nossos).

¹¹ Colocamos o léxico *especialista* entre aspas para destacar o imaginário social sobre o revisor de textos como o detentor da gramática normativa e os diferentes agentes que fazem esse trabalho como jornalistas, licenciados em Letras e, inclusive, pessoas que não têm nenhuma formação acadêmica.

¹² No original: “[...] what people do [...]” (Spolsky, 2021, p. 127).

¹³ No original: “[...] when someone tries to change the practices or beliefs of others [...]” (Spolsky, 2021, p. 127).

Em *Rethinking Language Policy*, observamos os seguintes usos, conforme estão ilustrados no Quadro 1.

Quadro 1. Os usos de crenças e ideologias na Teoria da Gestão da Língua.

Um termo é tomado pelo outro	“[...] as crenças ou ideologia que os membros da comunidade formaram sobre a língua e a escolha da língua [...]” ¹⁴ (Spolsky, 2021, p. 9).
Ambos os termos são definidos da mesma forma	“[...] crenças linguísticas e ideologia (o que as pessoas acham como deveria ser a língua da comunidade) [...]” ¹⁵ (Spolsky, 2021, p. 9).
Um termo é explicado pelo outro: explica ideologia a partir de crença e vice-versa	“A crença no monolinguismo, embora não necessariamente apoiada pelos fatos, como por exemplo na Tailândia (Smalley, 1994), é uma característica importante da ideologia linguística de um Estado-nação” ¹⁶ (Spolsky, 2021, p. 168). “Para compreender o efeito da ideologia nacional, então, uma primeira questão é: quais crenças devem ser contadas, a dos líderes políticos, dos burocratas e funcionários, dos ativistas e defensores, ou da população como um todo?” ¹⁷ (Spolsky, 2021, p. 170).
Os termos têm sentidos diferentes	“O segundo componente do meu modelo são crenças (um termo mais vago) ou ideologia (sugerindo um sistema mais organizado apoiado por um movimento) ” ¹⁸ (Spolsky, 2021, p. 202, grifos nossos).

Fonte: Elaboração própria (2023).

Se compararmos a diferença entre crenças e ideologias apresentadas pelo autor em 2012 e em 2021, o ponto de convergência é que ideologia se caracteriza como “sistema” ou “combinações” mais “organizadas” ou mais “elaboradas”. Contudo, é acrescentada, em 2021, a ideia de que por trás da ideologia há um grupo de pessoas que a favorece, e, nesse sentido, é explicado por que seriam mais “organizadas” e “elaboradas”. Outro aspecto na definição de crença, em 2021, é o fato de o autor tê-la definido como um termo mais flexível. Corroboramos com Sousa e Silva (2020) quando afirmam que a diferença entre os termos, em 2012, seria

¹⁴ No original: “[...] the beliefs or ideology that members of the community have formed about language and language choice [...]” (Spolsky, 2021, p. 9).

¹⁵ No original: “[...] language beliefs and ideology (what people think should be the language of the community) [...]” (Spolsky, 2021, p. 9).

¹⁶ No original: “The belief in monolingualism, though not necessarily supported by the facts, as for instance in Thailand (Smalley, 1994), is an important feature of a nation state’s linguistic ideology” (Spolsky, 2021, p. 168).

¹⁷ No original: “To understand the effect of national ideology, then, a first question is whose beliefs are to be counted, the political leaders, the bureaucrats and officials, the activists and advocates, or the population as a whole?” (Spolsky, 2021, p. 170).

¹⁸ No original: “The second component of my model is either beliefs (a looser term) or ideology (suggesting a more organised system supported by a movement)” (Spolsky, 2021, p. 202).

acanhada, aspecto que também concluímos na análise do texto de 2021. Tendo em vista essas reflexões, utilizaremos a partir de agora somente o termo “crenças” compreendido como valorações sobre a(s) língua(s), a(s) variedade(s) linguística(s) e o(s) uso(s) linguístico(s), embora reconheçamos que há, na Linguística Aplicada, área em que se insere o presente trabalho, uma tradição de pesquisas com diferentes concepções do que sejam crenças (cf. Barcelos, 2004)¹⁹.

Considerando esses componentes da Política Linguística, uma das práticas bastante comuns na tarefa do revisor textual é a de rever os usos da regência verbal como em “a probabilidade desse comprometimento refletir no nível de satisfação dos cidadãos-usuários do serviço público”²⁰. Aqui, o autor do texto usou o verbo refletir com o sentido de ter efeitos sobre e, nesse caso, o uso adequado seria incluir o pronome reflexivo “se”, ficando “a probabilidade desse comprometimento refletir-se no nível de satisfação dos cidadãos-usuários do serviço público”. A intervenção feita pelo revisor se constitui uma gestão à medida que visa a modificar as práticas do cliente que o contratou, contudo, sabemos que o contratante tem a possibilidade de acatar ou não a gestão do revisor. Segundo Balestero (2019, p. 57), “[...] não cabe a ele [ao revisor] definir a versão que será publicada. Os profissionais do texto são, na verdade, responsáveis por sugerir mudanças no material a ser publicado e manter o diálogo com o autor [...]”

Essa revisão se embasou na crença de que o texto acadêmico deve ser escrito na norma padrão do português brasileiro. Nesse caso, é mais simples identificar a crença do revisor, visto que o texto original ia de encontro com a regência sugerida pela prescrição normativa, mas e quando as escolhas do revisor não se pautam em regras explícitas da norma padrão? Quais crenças estariam por trás dessas intervenções no texto do outro? Na seção seguinte, descrevemos o percurso metodológico, a fim de respondermos à seguinte questão: quais as crenças dos revisores textuais em relação ao uso da perífrase conjuntiva *já que* em textos acadêmicos?

¹⁹ No artigo, Barcelos (2004) apresenta diferentes termos e definições para crenças relacionadas somente à aprendizagem de línguas.

²⁰ Exemplo retirado de textos que Balestero (2019) revisou.

3. Abordagem metodológica

Com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa citada anteriormente, inserimos o presente trabalho no paradigma interpretativista. Em primeiro lugar, definimos paradigma a partir de Lin (2015, p. 24) que o concebe como “[...] um conjunto de crenças, teorias, metodologias empíricas, e práticas de comunicação compartilhadas por uma comunidade de pesquisadores que fornece os padrões e normas para investigação dentro desse paradigma.”²¹. Ou seja, para se conhecer cientificamente dado fenômeno, partimos das tradições de pesquisas desenvolvidas e realizadas pelas diferentes comunidades discursivas acadêmicas. Em segundo lugar, o paradigma interpretativista repousa

[...] na compreensão do propósito e significado dos atores sociais e ações sociais. A interação social/prática social é co-construída por atores engajados na interpretação e negociação de significado, e recorrendo aos seus recursos culturais e linguísticos (ou simbólicos) (parcialmente) compartilhados.²² (Lin, 2015, p. 25).

Em outras palavras, esse paradigma enfoca a perspectiva dos sujeitos, compreendendo que a realidade não é única, mas múltipla e construída conjuntamente pelos diferentes sujeitos. Nesse sentido, iremos focalizar a visão dos revisores textuais sobre o uso do elemento coesivo *já que* em textos acadêmicos, para assim interpretar a interpretação desses atores sociais sobre esse uso.

No que diz respeito aos atores sociais que colaboraram com este estudo, participaram, de forma voluntária, dez revisores de texto²³, todos eles com formação em Licenciatura em Letras – o que indica que, embora essa licenciatura não se debruce majoritariamente para a formação do revisor²⁴, esta é uma profissão exercida por quem se licencia na referida área. Cabe destacar,

²¹ No original: “A research paradigm is a set of beliefs, theories, empirical methodologies, and communication practices shared by a community of researchers that provides the standards and norms for inquiry within that paradigm.” (Lin, 2015, p. 24).

²² No original: “[...] on understanding the purpose and meaning of social actors and social actions. Social interaction/social practice is co-constructed by social actors actively engaged in the interpretation and negotiation of meaning, and drawing on their (partially) shared cultural and linguistic (or symbolic) resources.”. (Lin, 2015, p. 25).

²³ Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob parecer nº 6.265.792.

²⁴ Dizemos isso porque, mesmo que a licenciatura em Letras tenha como foco principal a formação do professor de língua portuguesa, há conhecimentos ensinados nesse curso que contribuem para que o revisor compreenda, do ponto de vista científico, os fenômenos da linguagem e atue como profissional que intervém na língua escrita ou em textos orais que possuem a escrita de forma subjacente (a exemplo da comunicação oral em eventos acadêmicos).

ainda, outros dois critérios estabelecidos para selecionar os participantes: i) ter a língua portuguesa do Brasil como língua materna e ii) atuar como revisor de textos. Ainda acerca da formação dos participantes, 70% dos revisores, à época do questionário²⁵, haviam iniciado ou concluído a pós-graduação (dois em nível de mestrado e cinco em nível de doutorado). As linhas de pesquisa mencionadas pelos profissionais são diversas (Estudos de Linguagens, Estudos Literários, Linguística, Literatura Inglesa e Linguística Textual) e se associam a duas principais áreas: Linguística e Literatura. Além desses aspectos, é importante citar quais motivações influenciaram os revisores de textos a seguirem esse campo de atuação profissional. Dentre elas, explicitamos as três mais recorrentes entre os colaboradores: a afinidade com a área de linguagens, especificamente gramática e leitura (4)²⁶, a necessidade de renda extra (4) e a flexibilidade de horário de trabalho (2).

Considerando que o fenômeno analisado neste trabalho não é passível de uma investigação de causa e efeito como no paradigma positivista, caracterizamos esta pesquisa como de natureza qualitativa e, para tanto, utilizamos da técnica do questionário *online* para a geração dos dados, o qual foi compartilhado, por meio de link, em grupos de *whatsapp*. Das 20 questões que compuseram o referido instrumento de coleta, cinco se destinavam a aspectos relacionados à formação acadêmica dos colaboradores, bem como ao tempo de atuação como revisores de textos; duas diziam respeito à autocompreensão dos revisores acerca da sua própria atuação como profissionais do texto; seis questões continham trechos de textos acadêmicos já publicados virtualmente (como artigos, livros e dissertações), nos quais a perífrase conjuncional *já que* se fazia presente. Esses trechos deveriam ser analisados pelos colaboradores e, caso considerassem necessário, estes apresentariam uma sugestão de reescrita para alguma palavra ou alguma sentença do trecho. Com o comando “Análise o trecho a seguir: [...]. Há algum termo que você sugeriria trocar por outro equivalente? Se sim, indique o termo, sua respectiva troca e justifique-a.”, buscamos não induzir a atenção dos profissionais para o item *já que* e, desse modo, compreender se este seria tão saliente para os revisores a ponto de eles fazerem sugestões de reescrita para esse termo. As quatro perguntas seguintes foram mais específicas sobre o item *já que*, pois este estava mencionado nas questões, de modo que os colaboradores sabiam que a avaliação feita era sobre esse elemento específico; por fim, as três últimas questões,

²⁵ Os dados foram gerados no primeiro semestre de 2022.

²⁶ Os números indicam a quantidade de revisores que explicitaram a referida motivação para atuar nesse campo profissional.

diferentemente das demais, não eram obrigatórias e se destinavam a possíveis sugestões e à coleta de contatos para pesquisas futuras.

Em relação ao procedimento de análise dos dados, estabelecemos uma comparação entre o discurso dos revisores acerca de suas motivações para sugerir mudanças em um texto e a crença desses revisores, materializada nas sugestões de mudanças que eles mesmos apresentam para trechos de textos acadêmicos que compõem o questionário desta pesquisa. Além disso, analisamos o nível de formalidade, atribuído pelos revisores, a dois itens que podem possuir o mesmo sentido e exercer a mesma função sintática: o *já que* e o *visto que*.

Apresentamos, a seguir, a análise e a discussão dos resultados.

4. Com a palavra, o(a) revisor(a) de textos²⁷: considerações acerca do item *já que*

Nesta seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos por meio do questionário virtual a partir da ótica da Política Linguística. Retomamos, assim, o objetivo proposto inicialmente: analisar as crenças do revisor de textos acerca do uso do item “já que” em gêneros da esfera acadêmica.

Conforme descrito na seção 3, selecionamos seis trechos de textos acadêmicos com a ocorrência da locução conjuntiva *já que*. É interessante observar que, para cada uma das seis questões mencionadas, pelo menos um dos participantes apresenta uma ou mais sugestões de troca do *já que* por outro termo (como *visto que*, *pois*, *porque*, *uma vez que*, entre outros), o que nos leva a acreditar que o item sob análise, embora seja aceito nos textos acadêmicos (uma vez que encontramos ocorrências desse uso em textos publicados), ainda não é aceito categoricamente nesse contexto de escrita.

A fim de explicar melhor os dados expostos, trazemos aqui as palavras dos próprios revisores, os quais nomeamos, por questões éticas, de R2 e R3. Dos seis excertos de textos acadêmicos analisados por eles, selecionamos apenas dois: um trabalho da área do Direito; outro, da de Medicina. Identificamos os trechos de E1 e E2, os quais se encontram dispostos no quadro

²⁷ Título baseado no nome do livro “Com a palavra, o professor: vozes e representações docentes à luz do interacionismo sociodiscursivo”, de Mariana Pérez, publicado em 2009.

2, seguidos das respectivas respostas dos participantes. Tivemos o cuidado de apresentar trechos nos quais o *já que* possui a mesma função, ou seja, conjunção subordinativa causal.

Quadro 2. Excertos de textos acadêmicos com a ocorrência do *já que*.

Área do conhecimento	Excertos	Revisor(a)	Resposta
Direito	E1: Analise o trecho a seguir: “Não obstante o referido trecho da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o deputado Fernando Cury, autor da agressão, permanece deputado, já que ²⁸ a punição aprovada foi apenas a suspensão temporária de seu mandato.” Há algum termo que você sugeriria trocar por outro equivalente? Se sim, indique o termo, sua respectiva troca e justifique-a.	R2	“Já que/ pois (explicação)”.
		R3	“O já que, trocaria por uma vez que. Trocaria para deixar numa linguagem mais formal”.
Medicina	E2: Analise o trecho a seguir: “É uma ferramenta que permite resgatar a dimensão da subjetividade, já que as respostas revelaram sistemas de valores, crenças, normas e condutas, sendo significativa na busca pela mudança de um contexto.” Há algum termo que você sugeriria trocar por outro equivalente? Se sim, indique o termo, sua respectiva troca e justifique-a.	R2	“Já que / pois [...]”.
		R3	“Trocaria o "sendo significantes" por significantes. Assim o texto fica mais claro e limpo”.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Acerca do E1, R2 sugeriu a troca pela conjunção *pois*, justificando que ela dá o sentido de “explicação” para o excerto em questão. R3, por sua vez, diz que “o *já que* trocaria por uma vez que” a fim de deixar o texto com uma linguagem *mais formal*. Já sobre o E2, R2 novamente sugere a substituição do termo por *pois*, enquanto para R3 a presença do *já que* parece não ser percebida e a troca não é sugerida. Se, conforme Longhin-Thomazi (2004, p. 228 *apud* Neves, 2000, p. 815), o item *já que* é uma perífrase causal que “traz a noção de ‘causa’” e abrange os sentidos de “razão, motivo, justificativa e explicação”, não haveria um argumento plausível, que se explicasse linguisticamente, para a sugestão de troca pelo *pois*, por exemplo.

Essas sugestões de modificações propostas pelos participantes nos levam a alguns questionamentos: por que outras conjunções (como o *pois* e o *visto que*) parecem ser mais

²⁸ Ressaltamos que o grifo no item *já que* não estava presente no questionário respondido pelos colaboradores.

aceitáveis do que o *já que* nesse contexto de escrita? Por que foi sugerida a troca, pelo mesmo revisor, em um trecho e em outro não? Respondemos a esses questionamentos afirmando que os dizeres de R2 e R3 nos mostram como as crenças podem guiar o trabalho do revisor de textos, fazendo-os aceitar, em maior ou menor grau, determinados usos linguísticos a depender dos seus contextos. Mais uma vez, utilizamos as palavras de Spolsky (2009, p. 1), já que “política linguística é tudo sobre escolhas”. Essas escolhas estão intimamente relacionadas à crença que os revisores têm sobre o nível de formalidade da norma linguística em textos acadêmicos. Em vista disso, podemos destacar que o termo *já que* não vai de encontro às prescrições da gramática normativa; contudo, na visão dos revisores, este não é adequado a gêneros textuais da esfera acadêmica.

Adicionalmente, trazemos ainda as justificativas de R2 e R3 para as sugestões de reescrita. R2 explica que suas sugestões ocorrem quando há “*problemas na coesão e na argumentatividade*” do texto. Entretanto, dos seis excertos presentes no questionário e colocados sob sua avaliação, R2 sugere a substituição do item *já que* em cinco deles: por *pois* (três ocorrências), por *porque* (uma ocorrência) e por *haja vista que* (uma ocorrência). Já o revisor R3 explica que sugere a reescrita de algum fragmento ao “perceber que um trecho está truncado e que o sentido está comprometido”. Contudo, esse profissional, em um dos seis excertos avaliados, diz que trocaria “o *já que* [...] por *uma vez que* [...] para deixar numa linguagem mais formal”.

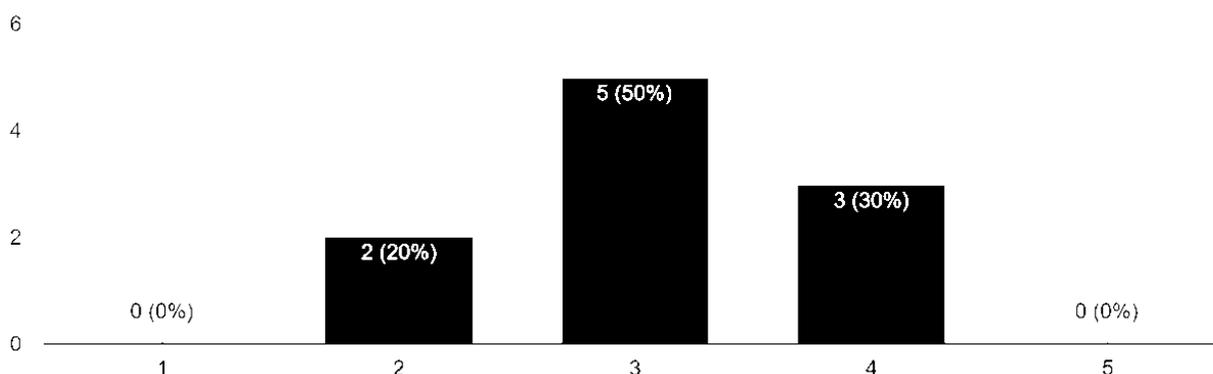
Essas sugestões de troca de um termo por outro com mesmo valor semântico e mesma função sintática não confirmam o discurso dos revisores e expõem uma prática que se fundamenta em uma crença, uma vez que em nenhum dos trechos avaliados há problemas que dizem respeito à coesão e à argumentatividade do texto (mencionados por R2), nem ao truncamento e ao comprometimento de sentido do texto (citados por R3).

Outra crença acerca da locução conjuntiva em foco está presente no discurso do revisor R8. É importante ressaltar que, em todos os seis fragmentos analisados, R8 sugeriu a substituição do item *já que* por outros, a exemplo de *uma vez que*, *pois*, *posto que* e *visto que*, o que confirma como as crenças linguísticas são capazes de influenciar as escolhas dos usuários da língua. A explicação que justifica a sua atividade é que os outros elementos sugeridos são “*mais precisos semanticamente e menos generalizantes* [...]”. Assim, as explicações dos revisores confirmam, empiricamente, a interdependência dos componentes que constituem uma política linguística: crenças, práticas e gestão. De acordo com Spolsky (2004, p. 14), “Essas crenças derivam da e

influenciam as práticas. Elas podem ser uma base para a gestão linguística ou uma política de gestão pode ter como objetivo confirmá-las ou modificá-las”²⁹. Nesse caso, a gestão dos revisores se fundamentou em crenças que, por sua vez, geraram uma prática linguística.

Acerca da “formalidade”, foi solicitado que os participantes julgassem o termo *já que*, numa escala que variava entre 1 (informal) e 5 (formal). Os dados estão ilustrados no gráfico 1.

Gráfico 1. Escala de formalidade do item *já que* em textos acadêmicos.

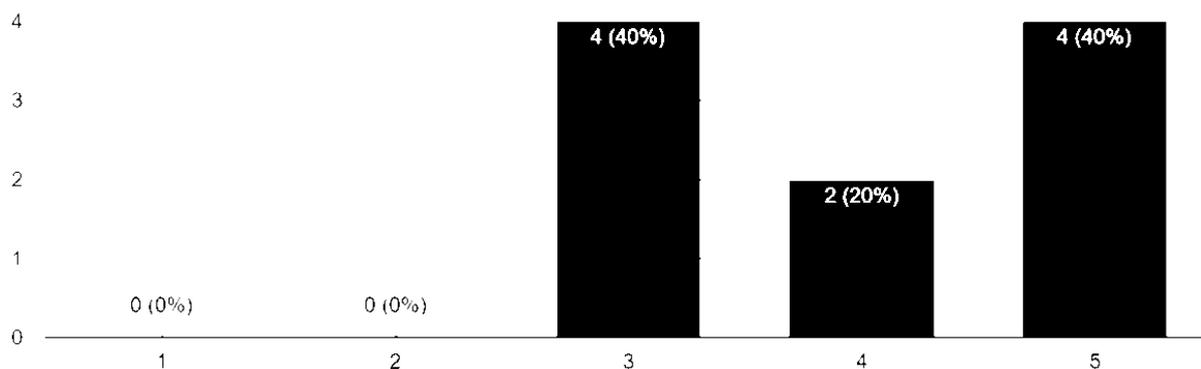


Fonte: Elaboração própria (2022).

Em vista do exposto, podemos observar que 50% dos participantes (5 de 10) marcaram o número 3 na escala, o que nos leva a afirmar que eles consideram o *já que* nem como informal, nem como formal. 20% dos participantes (2 de 10), por sua vez, indicaram 2 na escala, o que significa que eles consideram o item mais informal. Por fim, 30% (3 de 10) indicaram o *já que* como 4 na escala de formalidade, ou seja, disseram que ele é um termo formal. Isso nos leva a interpretar que o item sob análise, na visão dos revisores, se apresenta no espectro entre o formal e o neutro, podendo figurar nos textos acadêmicos.

Ainda sobre a “formalidade”, na questão seguinte foi pedido aos participantes que julgassem o termo *visto que*, numa escala que também variava de 1 (informal) a 5 (formal). O objetivo de fazer a mesma pergunta para termos que podem exercer sintaticamente a mesma função e possuir o mesmo valor semântico é justamente observar se haveria diferença entre as respostas. Observemos o gráfico 2.

²⁹ No original: “These beliefs both derive from and influence practices. They can be a basis for language management or a management policy can be intended to confirm or modify them” (Spolsky, 2004, p. 14).

Gráfico 2. Escala de formalidade do item visto *que* em textos acadêmicos.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Como podemos visualizar no gráfico 2, fica nítido que o item *visto que* foi avaliado de um modo um pouco diferente quando comparado ao *já que*. 40% dos participantes (4 de 10) marcaram o número 3 na escala, o que nos leva a afirmar que eles consideram o *visto que* nem informal, nem formal; já 20% dos participantes (2 de 10) indicaram o *visto que* como 4 na escala de formalidade, ou seja, disseram que ele é um termo formal; os demais respondentes (4 de 10, ou seja, 40%), indicaram o número 5 para julgar o termo, colocando-o no mais alto índice no que diz respeito à formalidade.

Podemos inferir a partir dos resultados dispostos nos gráficos 1 e 2 que o *visto que* teve uma avaliação mais positiva do que o *já que*, pois aquele foi marcado com o nível 5, maior grau de formalidade (40%), enquanto este não foi. Além disso, o *já que* obteve respostas num intervalo de 2 a 4; o *visto que*, de 3 a 5. Uma explicação possível para esse resultado é o que encontramos nos dados de Santos (2018), expostos na tabela 1, disposta a seguir.

Tabela 1. Ocorrências da perífrase conjuncional *já que* por gênero textual.

Gêneros Textuais	Realidade Oral	Realidade Escrita	Porcentagem
Narrativa de Experiência Pessoal	2	1	14,3%
Narrativa Recontada	5	2	33,3%
Relato de Procedimento	3	0	14,3%
Relato de Opinião	9	1	38,1%
Total	19	4	100%

Fonte: Santos (2018, p. 60).

Como podemos observar, há um total de 23 ocorrências da locução conjuntiva *já que*, sendo 19 da realidade oral e 4 da realidade escrita. É importante destacar que, mesmo nos gêneros menos monitorados (no caso do referido trabalho, os da realidade oral), a ocorrência do item em questão não é tão produtiva, o que nos leva a inferir que o uso desse item ainda não está cristalizado em textos escritos de contexto não acadêmico. Além disso, se o *já que* estava presente majoritariamente em gêneros orais e não em gêneros escritos, isso mostra que a avaliação dos revisores pode estar associada ao fato de que, intuitivamente, o revisor, como falante da língua que ele analisa, pode perceber que o *já que* é mais utilizado na oralidade que na escrita – e, por conseguinte, menos utilizado e menos apropriado para contextos acadêmicos. Essa provável intuição dos colaboradores sobre os usos linguísticos pode explicar as respostas acerca do nível de formalidade/informalidade do *já que* em relação ao *visto que*, bem como as justificativas de troca do *já que* por outros termos.

Diante desse resultado, trazemos as seguintes reflexões: qual a diferença entre os termos avaliados nos gráficos 1 e 2, *já que* ambos podem assumir o mesmo sentido e a mesma função sintática? O que leva um revisor de textos a considerar o *visto que* como mais formal do que o *já que*? Acreditamos que isso se explica a partir das crenças acerca do que é mais formal e, conseqüentemente, mais aceitável em textos acadêmicos, o que pôde ser comprovado com as respostas subjetivas dos interlocutores da pesquisa.

E vamos além: se a aceitação do *já que* ainda não é categórica na esfera acadêmica, significa que o seu uso também não é categórico. Isso ocorre não apenas por conta do estilo e da escolha individual de quem escreve o texto, mas também pela intervenção dos revisores. Como pudemos observar a partir dos resultados apresentados, há revisores que têm o poder de agir diretamente sobre os textos dos pesquisadores e, ao sugerirem uma troca a partir daquilo que consideram como mais adequado – ou mais formal, ou mais correto – para aquele contexto, contribuem para a modificação das práticas linguísticas dos clientes. É isso que torna o revisor de textos um agente de política linguística, pois ele tem o poder de interferir nos usos linguísticos.

Levando em consideração a análise realizada neste artigo, apresentamos uma síntese dos resultados encontrados. Os revisores de texto normalmente sugerem, em contextos de escrita acadêmica, a troca do item *já que* por outro que possua a mesma função (a exemplo de *porque*, *pois*, *visto que*, *dado que*, entre outros), pois existe uma crença de que ele é mais informal. Isso pode ser explicado pelo fato de que a perífrase conjuncional em foco está mais presente em

gêneros orais do que em gêneros escritos (Santos, 2018) e que, conseqüentemente, circulam menos na esfera acadêmica. Assim, esse julgamento no que diz respeito à formalidade do *já que* pode ser motivado pelas crenças linguísticas, o que contribui para que o seu uso ainda não seja cristalizado em textos acadêmicos, tendo em vista que tais crenças podem nortear o agir do revisor de textos como um agente de política linguística.

Outra crença identificada acerca da perífrase conjuncional analisada neste trabalho é que ela é considerada como menos precisa semanticamente e, portanto, mais generalizante, o que, sob a ótica do revisor, poderia comprometer o sentido do texto. Sobre essa crença, trazemos a seguinte reflexão: por que o item *já que* é considerado como mais generalizante e menos preciso semanticamente se tanto as gramáticas descritivas (por exemplo, Neves, 2000) quanto as gramáticas normativas (a exemplo de Almeida, 1985) apresentam tal termo como conjunção subordinativa causal e abordam o valor semântico entre duas orações, sendo a oração principal a que indica o efeito e a subordinada, iniciada por *já que*, indica a causa?

Estando esgotadas as considerações acerca desses resultados, expomos as considerações finais deste artigo.

Considerações finais

Acreditamos que, por meio da investigação apresentada, conseguimos atingir a finalidade deste trabalho: analisar as crenças do revisor de textos acerca do uso do item “já que” em gêneros da esfera acadêmica. Isso foi possível por meio de uma análise qualitativa de um questionário online, que teve a participação de dez revisores textuais, todos com formação na área de Letras.

A hipótese de uma das autoras de que as sugestões de troca do *já que* por parte dos revisores de texto se fundamentam em crenças foi confirmada, pois pudemos constatar duas, mencionadas de forma explícita: o termo é considerado como i) mais informal do que outros elementos coesivos que possuem o mesmo sentido e exercem a mesma função sintática (a exemplo do visto que, pois, porque); e ii) impreciso semanticamente e generalizante.

No que diz respeito a essas crenças, elas se explicam pelo fato de que há valorações, em diferentes níveis da língua, que os falantes fazem acerca dos usos linguísticos, podendo influenciar ou não intervenções sobre estes – como é o caso de uma recomendação, por parte do revisor de textos a seu cliente, de substituição de um termo por outro por considerá-lo mais informal e/ou

mais impreciso para aquele contexto. Isso se explica porque “algumas dessas escolhas são resultado da gestão, refletindo esforços conscientes e explícitos dos gestores linguísticos para controlar as escolhas”³⁰ (Spolsky, 2009, p. 1).

Diante das discussões apresentadas, concluímos que a aceitação de revisores sobre o uso da perífrase conjuncional *já que* em contextos de escrita acadêmica ainda não é categórica; que as crenças linguísticas são capazes de guiar o agir do revisor de textos; e que o revisor de textos é um agente de política linguística. Por isso, defendemos mais uma vez que o revisor de textos precisa ser enxergado pela sociedade além da imagem de “guardião da norma padrão” – percepção esta construída no imaginário coletivo. O revisor de textos precisa ter voz no espaço acadêmico, realizar formações continuadas para estar a par dos avanços científicos que contribuem para a sua área de atuação, participar de discussões caras ao seu ofício – como é o caso das discussões dos estudos em Política Linguística – entre outras ações. Como vimos, a área de PL é capaz de trazer contribuições para desvelar a prática dos revisores textuais e auxiliar na compreensão das crenças que estão por trás do agir desse profissional.

Cientes de que a discussão proposta ao longo deste artigo ainda pode ser aprofundada de diversas formas (como comparando o uso do item *já que* com o uso de outras conjunções subordinativas em gêneros de esferas sociais distintas; ampliando a quantidade de participantes da pesquisa; realizando entrevistas com revisores a fim de melhor compreender quais crenças linguísticas permeiam a sua prática; entre outras), esperamos que ela tenha contribuído não apenas para a ampliação dos estudos em Política Linguística, mas, também, para a visibilização do revisor de textos – profissional tão importante em nossa sociedade.

Referências

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 33^a. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

BALESTERO, M. de S. Definições terminológicas da revisão de texto: estudos iniciais para a elaboração de um glossário. 2019. **Dissertação**. (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d6e31465-32ab-493a-b59f-8b1c76dabc5c/content> . Acesso em: 03 out. 2023.

³⁰ No original: “Some of these choices are the result of management, reflecting conscious and explicit efforts by language managers to control the choices” (Spolsky, 2009, p. 1).

- BARBOSA, V. F. Uma voz apagada? Análise da atividade de revisão de textos acadêmicos sob as perspectivas bakhtiniana e ergológica. 2017. **Tese**. (Doutorado em Letras) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7865/5/TES_VANESSA_FONSECA_BARBOSA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BARCELOS, A. M. F. Crenças sobre aprendizagem de línguas, Linguística Aplicada e ensino de línguas. **Linguagem & ensino**, Pelotas, v. 7, n. 1, jan.-jul., p. 123-156, 2004.
- FARIA, J. C. A. de. Revisor de texto: um profissional invisível? **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 14, n. 9, p. 58-86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/17582/13300>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- LEMOS, P. S.; PEREIRA, M. H. de M. Revisão textual e a construção de memória. In: Colóquio Nacional, 12, Colóquio Internacional Do Museu Pedagógico, 5, 2017, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Bahia, UESB. p. 1923-1928.
- LIN, A. M. Y. Researcher positionality. In: HULT, F. M.; JOHNSON, D. C. (Orgs.). **Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide**. UK: Wiley Blackwell, 2015. p. 21-32.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. **VEREDAS - Rev. Est. Ling.**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez, p. 215-232, 2004.
- MACEDO, D. S. As contribuições da Análise de Discurso Crítica e da Multimodalidade à revisão textual. 2013. **Dissertação**. (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- NASCIMENTO, L. da S. do. Revisor de textos: concepções e formação do profissional em Minas Gerais. 2014. **Dissertação**. (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- PORTO, H. M. S. do. A formação crítico-reflexiva do revisor de textos: a construção da profissionalidade em uma empresa júnior. 2018. **Dissertação**. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16855/DIS_PPGLETRAS_2018_PORTO_HALYNE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2023.
- República da Guiné-Bissau. **Lei nº 7, de 12 de novembro de 2007**. Guiné-Bissau: Assembleia Nacional Popular, 2007.
- SANTOS, M. M. d. O fenômeno de gramaticalização da perífrase conjuncional já que e sua configuração discursivo-pragmática em textos orais e escritos da cidade de Natal. 2018. **Dissertação**. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19168/1/MacelioMacedoDosSantos_Dissert.pdf . Acesso em: 10 out. 2023.

SOARES, J. C. É só gramática? A leitura multimodal do revisor de textos publicitários à luz da Semiótica Social. 2022. **Dissertação**. (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SOUSA, L. R. O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais. **Dissertação**. 2015. (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10693/disserta%C3%A7%C3%A3o_luciana_rugoni_ppgl_ufscar.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 10 out. 2023.

SOUSA, S. C. T.; SILVA, M. E. M. E. O estatuto e as crenças de estudantes do PEC-G em relação à língua portuguesa: 'o português é muito importante.'. **Prolíngua**, João Pessoa, v. 15, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/51889/31834> . Acesso em: 07 ago. 2024.

SOUSA, S. C. T.; SOARES, M. E. A teoria de gestão da língua de Bernard Spolsky. In: SEVERO, C. G. (Org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. 1ª ed. Campinas: Pontes, 2022, v. 1, p. 101-126.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SPOLSKY, B. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. **Rethinking Language Policy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

VOLKWEIS, F. X. O papel do revisor: é preciso pedir ao óbvio que se justifique. 2020. **Dissertação**. (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216077/001119746.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 out. 2023.

WITKE, C. I.; LEMOS, M. E. Contribuições da tecnologia no ofício de revisar textos: os processadores de textos e a internet como instrumentos facilitadores desse processo. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 12, n. 3, set.-dez, p. 188-202, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20614/13569> . Acesso em: 23 nov. 2023.